

COLÉGIO SÃO VICENTE DE PAULO
COSME VELHO RIO

Curso de História

Prof. Moacyr de Góes

2

TEXTOS
BÁSICOS
DE
HISTÓRIA

Temas:

Ciclo econômico do pau-brasil

Ciclo econômico do açúcar

Autores:

Gilberto Freyre - Caio Prado Jr. - Rocha Pita

Problemas.

Companheiro:

Este é o segundo passo de nossa marcha. Hoje abordaremos os dois primeiros ciclos econômicos brasileiros.

Considerando que as fontes bibliográficas do ciclo econômico do pau-brasil são muito dispersas, para facilitar seu estudo, escrevemos uma pequena monografia sobre o assunto.

Não deixe acumular matéria.

Vamos para frente!

C A P Í T U L O 1

CICLO ECONÔMICO DO PAU-BRASIL

Cabral ao tomar posse da Ilha da Vera Cruz, marcou o final do ciclo dos grandes descobrimentos marítimos portugueses do Século XV. Foi uma longa jornada que alcançara o seu ponto alto com a viagem de Vasco da Gama às Índias e cujo preparo durara mais de um século. Portugal durante muito tempo se organizou, cientificamente, para os descobrimentos e aproveitou uma série de fatores favoráveis à grande empresa. Aqui, poderíamos repetir o que já dissemos, por ocasião de um ensaio sobre o Infante D. Henrique (1): a Geografia, fazendo de Portugal esquina do mundo no Século XV, "encruzilhada entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte e a Europa e a África", a História, fazendo de Portugal terra de passagem de povos, desde tempos imemoriais, e cadinho de miscigenações e aculturações de vocações marítimas de fenícios, gregos e cartagineses, bem como o aprendizado da matemática árabe; a Economia, fazendo de Portugal o amanhecer do mercantilismo, na hora em que se esfacelava a velha estrutura agrária feudal; o Estado Nacional, fazendo em Portugal a dinastia dos Aviz, aferindo força centralizadora à Monarquia, fruto da Revolução de 1383; a Burguesia, fazendo de Portugal uma nova classe, esta, saída vitoriosa da Revolução política e do Mercantilismo econômico; o Catolicismo, fazendo de Portugal a sua praça forte de combate ao mouro, na continuidade das Cruzadas e de necessidade de uma ponte-de-aliança com o hipotético Prestes João; a Conjuntura Internacional da Europa, fazendo de Portugal as suas esperanças de um contorno militar das forças muçulmanas que sitiavam o velho mundo; o empobrecimento da cristandade, o esgotamento das minas centrais do continente, a necessidade de abastecimento de metais preciosos, matérias primas e produtos tropicais do Oriente e a falta de absorção destes dos produtos europeus, fazendo de Portugal a alavanca descobridora de novos mercados - todo esse amálgama gerou ou influenciou o aperfeiçoamento da técnica de navegação, do conhecimento de velhas teorias da Antiguidade, do estudo científico, enfim de Sagres do Infante!

Ceuta, o périplo da África e Calicute são escalas lusitanas na construção de sua talassocracia. E, depois, quando da segunda viagem para as Índias toma posse Portugal de uma nova terra do outro lado do "mar tenebroso". Esta, a princípio ilha e, depois, provada a sua continentalidade em 1501, será bem diferente das ricas Índias, sem o fausto e o sortilégio do Oriente, sem as suas populações adestradas para o comércio - principalmente, sem ter o que oferecer que pudesse rivalizar com as mercadorias trazidas nas naus de Vasco da Gama.

Aqui, em Vera Cruz, Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Terra do Brasil, somente um produto se mostrava similar com as mercadorias do Oriente (2): era um pau cor de brasa que servia para tingir panos. E será esse pau-brasil que vai evitar que a nova terra se converta em simples pousa ou aguada para as naus que demandam às Índias (3). E, futuramente, será esse pau-brasil que vai despertar a atenção dos portugueses para o tráfico, o lucro

e a quase nova posse pelos franceses da mesma terra. Para, finalmente, dar ainda, êsse pau-brasil nome a todo o domínio português deste lado de cá do Atlântico e definir o primeiro ciclo econômico da ex-ilha de Cabral.

Eis porque, apesar de recuado no tempo, dos poucos documentos históricos a respeito e de relativa pobreza de significação financeira, o Ciclo Econômico do Pau-brasil é um marco importante no estudo do nosso tempo preterito. Ele limita aquêlê passado, quando, na linguagem de Camões, se dizia: "A Terra de Santa Cruz, pouco sabida" (4).

II

Afinal de contas, o que é o pau-brasil?

A botânica responde que é a "*Cesalpinia Echinata*" árvore que pode, no seu lento crescimento, apresentar 10 a 15 metros de altura, por um de diâmetro. Os nossos índios a chamavam de "arabutã" ou de "ibirapitanga" (5) e os brasileiros, isto é, os que trabalhavam com a madeira, distinguem três tipos o "ibirapitanga-brasil", o "brasil-açu" e o "brasileto", sendo o primeiro o melhor e o último o mais inferior. Roberto Simonsen adianta que os três tipos reconhecidos em tempos recente são os "brasis" de Pernambuco (*Caesalpinia crista*) o pau-brasil propriamente (*Caesalpinia brasiliensis*), o pau de Santa Marta (México e Colômbia), o pau de Nicarágua, o sapã ou pau do Japão, o brasilete (Antilhas e Guianas) e o pau da Califórnia, o de Terra Firme (Colômbia), o sândalo roxo, etc. tôdas essas são madeiras corantes de tintura vermelha.

Foi esta a maior riqueza encontrada pelos portugueses nos seus novos domínios no trópico ocidental e que marcou, indelêvelmente, o primeiro ciclo econômico da colônia.

Há muito que o pau-brasil era conhecido da Europa. Segundo uns desde o Século XIII, (6) outros remontando êste conhecimento ao Século IX (7), mas, todos concordes que era uma madeira de cerne côr de brasa, utilizada na indústria de tinturaria. Ela aparece nas alfândegas de Ferrara e de Módena, em 1193 e 1316, respectivamente, e, no correr do tempo, só na Itália, é chamado por vários nomes: Brazil, Bracilles, Bracire, Brasilly, Brazilis, Brazili. Em 1221 e 1243 está chegando à Espanha. Assim, o pau-brasil conhecido desde a Idade Média (*Cesalpineia sappan*) sendo a sua área geográfica bem dilatada: Índias, Birmânia, Sião, Tonquim, Molucas, China e Japão. (8)

Do sânscrito ao tupi encontra designativo em tôdas as línguas e dialetos, sempre ligando o nome à côr de seu cerne vermelho.

"Pau de tingir panos" é como o chama João de Barros - e esta era, realmente, a grande utilização de nossa "ibirapitanga". Tingir com a dignidade do vermelho vivo os algodões, sedas e lãs. Cada vez mais procurada com a Revolução Comercial, se torna imprescindível com a Revolução Industrial - até 1865, quando os alemães descobrem as anilinas, desbancando o predo-

mínio dos corantes vegetais.

Também foi utilizado no tingir manuscritos e em especializados serviços de marcenaria.

III

Quanto ao pau-brasil do Novo Mundo êste cedo chegou à Europa. O próprio descobridor levou sua notícia para a Espanha. Diz Simonsen, citando do Navarrete, que consta do relatório enviado em 1498 por Colombo aos reis católicos Fernando e Isabel, a informação: "Eu lhe falei da grande quantidade de madeira de tinhuraria e duma infinidade de outras coisas". Humboldt sintoniza pela mesma informação. Assim foi na América Espanhola.

Quanto à América Portuguesa, diz Gaspar Correia e endossado por Roberto Simonsen (9), que a caravela que voltou a Portugal com a carta de Caminha já levava em seu bojo a madeira que, mais tarde, daria nome à nova terra. A expedição de 1501 retorna com pau-brasil. No ano seguinte D. Manoel, El-Rei de Portugal, estabelece o monopólio do pau-brasil. Ao único elemento que se mostrava símile aos produtos orientais foi adotado o mesmo tratamento econômico que se dispensava às especiarias: a Coroa se tornava a única concessionária da exploração.

Mas, na "Terra Sanctae Crucis", a coisa única que lembrava o Oriente era o pau-brasil. E nada mais. E mesmo assim, pau-brasil por pau-brasil, também havia o do Oriente, que poderia ser explorado na mesma oportunidade, em que o mercantilismo enriquecia Portugal, com o fausto das riquezas das Índias. Não compensava vir explorar, somente, pau-brasil na "Terra Sanctae Crucis" a quem poderia dispor dos esplendores de Calicute.

Por muito tempo não vai compensar, economicamente, a exploração da nova terra. Basta comparar o que leva a Nau "Bretôa" (1511), com o carregamento de volta das naus de Vasco da Gama. A "Bretôa" leva do Brasil 5.000 toros de pau-brasil, 36 escravos, maracayas (gatos) papagaios, toins, macacos e saguis, enquanto que da Índia os portugueses trazem da primeira viagem: "canela, cravo, pimenta, gengibre, nozmozcada, benjoy, âmbar, almisquere, perlas, rrobys e todo outro gênero de pedrarias e mercadorias preciosas", segundo "Carta enviada para Roma ao Cardeal Protector, acompanhando outra em que D. Manuel noticiou ao Papa a descoberta do caminho para a Índia e dando-lhe minuciosas informações a respeito daquela região" (10).

Dispensa-se qualquer comentário ao valor econômico dos dois carregamentos, uma vez que nos situamos no Século XVI e as condições européias são as indicadas no início do presente ensaio.

Assim, em relação ao pau-brasil do Atlântico sul, a Coroa portuguesa decreta o monopólio e arrenda, logo a seguir, a um grupo de capitalistas, possivelmente cristãos-novos, na informação de Afonso Arinos. Com isso eximia-se da responsabilidade econômica da exploração da terra, ao mesmo

tempo que assegurava a garantia do lucro. Toda a atenção lusa se conservaria para as Índias... enquanto durasse a miragem oriental.

Esse arrendamento da terra de Cabral se pautava pela política já usada nas Índias. "Conservou-se o capitalismo de Estado, com o estímulo do arrendamento, modalidade de um comércio dependente e jungido ao tesouro público" (II).

Quanto aos cristãos-novos, ou mesmos Judeus, também não seria uma inovação na política portuguesa. Ensina Antonio Baião no magnífico estudo "O Comércio do pau-brasil", in "História da Colonização Portuguesa no Brasil":

"A própria arrematação do monopólio do pau-brasil por um consórcio de cristãos-novos não contrariava os costumes do tempo, pois de há muito eram os Judeus os arrematantes dos impostos. Eles constituíam a classe capitalista da nação, e antes que os banqueiros e armadores italianos viessem estabelecer-se em Lisboa era aos hebreus que D. João II e D. Manuel recorriam para solver as dificuldades do erário, arrumar as finanças públicas e custear o empreendimento nacional das navegações".

É a hora de perguntar: e a onda anti-semítica que varreu Portugal nessa época? - Responde o mesmo autor:

"A política de D. Manuel para com os hebreus foi alternadamente de perseguição e de clemência" (12).

Do consórcio, como é conhecido, o mais importante é Fernão de Loronha. Este, valia, economicamente, na Corte portuguesa. Foi considerado cidadão de Lisboa; deixou seu nome ligado a uma ilha do litoral brasileiro; não há documento que fôsse "hebreu converso"; discute-se, ainda hoje, sua origem inglesa ou espanhola; todavia sabe-se que recebeu a graça de usar o brasão que o distinguira, antes, na Inglaterra; os restos mortais de seu pai repousaram no Convento de S. Francisco de Évora; os seus descendentes, séculos mais tarde, reclamaram do El-Rei direitos sobre a Ilha de Fernão de Noronha; foi o primeiro a receber Donatarias no trópico português do Atlântico Sul - reclama um historiador que o primeiro concessionário do pau-brasil não tenha merecido um biógrafo, todavia, como foi dito acima, muitos passos importantes da vida de Fernão de Loronha podem ser reconstituídos. Finalmente, já não vivia em 1547 e, segundo Capistrano de Abreu, dificilmente ele terá vindo ao Brasil, em expedições comerciais, de posse ou de colonização.

Fernão de Loronha vai iniciar o nosso primeiro ciclo econômico. Pelo contrato fica obrigado a mandar, anualmente, três ou seis naus com a missão de descobrir 300 léguas de litoral e instalar fortalezas para a defesa. Esta concessão está limitada por três anos, "com isenções de direitos no primeiro ano, pagamento de um sexto no segundo e de um quarto no terceiro" (13).

O ganho visado, esperava-se que não fôsse somente de pau-brasil, pois, "fundavam seus cálculos no lucro produzido por escravos, por animais

curiosos e pelo pau-brasil, de que os primeiros exploradores levariam algum carregamento, e também na vaga esperança de poderem chegar às Índias por este caminho", numa citação de A.J. de Mattos Musso do "Centro Industrial do Brasil (p. 25)".

Dai, bem possível é que a segunda expedição, a de Gonçalo Coelho, tenha sido financiada pelo consórcio de Fernão de Loronha. Veio. Fundou feitoria... e procurou fazer o "périplo brasileiro", buscando uma brecha de passagem para Malaca. Por isso, dizíamos em trabalho anterior, que, até mesmo mandando expedições ao Brasil, os portugueses tinham os olhos voltados para o Oriente, núcleo de seu maior interesse nessa época (14).

Ainda estudando o contrato de Loronha, a "História da Colonização Portuguesa no Brasil", já citada, informa que foi proibida a extração do pau-brasil do Oriente (para beneficiar o consórcio que operava no Atlântico), que o quintal de brasil desembarcado em Lisboa custava aos arrendatários meio ducado, sendo vendido para Flandres, Castela e Itália por dois e meio a três ducados e finalmente, que vinte mil quintais, da referida mercadoria eram extraídos do Brasil, anualmente.

J. Lúcio de Azevedo (15) renova, sucessivamente, os contratos de Loronha, até 1511, mas, Antônio Baião depois de minucioso estudo de documentos da época é categórico, em seu trabalho já citado: "o monopólio de Fernão de Loronha terminou em 1505 e não foi renovado". Enquanto Caio Prado Júnior (16) diz que a exclusividade termina em 1504 e, por motivos que não são conhecidos", a exploração passou a ser feita por vários traficantes.

Apesar disso, é ainda Fernão de Loronha interessado na Nau Bretoa, que vem ao Brasil em 1511 e volta carregada de "ibirapitanga" e os armadores, seus sócios, são Bartolomeu Marchione, Benedito Morelli e Francisco Martins, sendo deles Marchione o mais importante. Quando chega 1525" des- conhece-se quem tem o contrato do monopólio do pau-brasil", segundo escreve Calmon (17).

Quanto à área geográfica em que se fazia a extração do pau-brasil ela se estendia do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, ou seja, do Cabo Frio ao Cabo de São Roque. E, esclarece Simonsen (18), a melhor madeira se encontrava entre o Cabo Santo Agostinho e o Rio Real (Latitude 12°).

São, portanto, nessas limitações do litoral que vão surgir as feitorias.

Também a feitoria não é uma novidade na política da talassocracia portuguesa. Já havia experiência na África e na Ásia. Quanto às da América não precisariam das fortificações dos outros continentes mencionados. As mercadorias e a movimentação comercial exigiam coisa muito mais modesta (19). Mas, nem por isso, deixou de existir em nosso litoral. Foi o primeiro ponto de fixação do português no Brasil, - mesmo que fôsse uma fixação transitória, se assim podemos nos expressar. E não poderia ser de outro modo, uma vez que a feitoria viveu em função do desbastamento das matas, do armazenamento do pau-brasil na beira da praia e, como é natural, também para a defesa do colégio

dor português, contra os ataques dos franceses e dos índios. Sua localização, em geral, era próxima a um "ancoradouro ou aguada propícia" (20) e era reduzido o número de seus integrantes. Assim é que "indiretamente, a exploração do pau-brasil deu origem a alguns estabelecimentos comerciais."

Pouca é a documentação da época 1500-1530. Todavia, Simonsen consegue localizar diversas feitorias como sejam: Igaraçu, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras mais intermediárias, que não deixaram rastros no tempo da luta contra o gentio e os franceses.

No julgamento de Arnóbio Graça, (21) valendo-se de uma citação, foram as feitorias "estabelecimentos militares que não tiveram futuro" e daí terem perecido desde cedo sem contribuir para fixação demográfica ou de povoamento e colonização. Sodré, no entanto, faz uma ressalva (22): os primeiros contactos duradouros dos europeus com os indígenas começaram nas feitorias, é bem verdade que nos núcleos que se mostraram mais permanentes. Também historicamente se verifica que as feitorias foram trampolins para as primeiras "entradas", que deram os passos iniciais para as posteriores "bandeiras" que rasgaram o Oeste e interiorizaram a civilização brasileira. Os primeiros degraus para o planalto central foram marcados nas feitorias da beira do mar.

Sem dúvida que a primeira missão da feitoria é armazenar o pau-brasil extraído da mata virgem, não muito distante da praia. Isso facilitava o transbordo rápido para as naus portuguesas. Há um documento valiosíssimo dessa época: é o regimento da nau "Bretôa", que veio em 1511, buscar pau-brasil. Por esse regimento conclui-se muita coisa da organização das ditas feitorias, pois a "Bretôa", cumprindo ordens de seu Regimento chegou "a resgate do brasil", isto é, elucida ainda o documento haver "tôda a carga do bom brasil com a menor despesa possível" (23). E assim o foi. Do seu carregamento já demos notícia linhas antes, nestes mesmos apontamentos.

Todavia, não podemos nos esquecer que, pela mesma época, dentro e fora das feitorias, estava se dando o primeiro contacto do branco português com o indígena, dono da terra. Contacto pacífico, e, de grande miscigenação. A miscibilidade aprendida pelo lusitano na aproximação de oito séculos com o sangue escuro do muçulmano, fôra um bom aprendizado para utilização em mais um caldeamento com o índio do Brasil, nesta primeira fase e, posteriormente, com o negro africano, também entre nós. E isso foi um dos fatores mais fortes para a vitória da colonização no trópico, como bem demonstra Gilberto Freyre (24).

Assim, "homens largados num litoral pouco frequentado, distantes de suas terras de origem, os mantenedores das feitorias adaptavam-se aos costumes locais e faziam das índias suas mulheres, sem compromissos e sem problemas" (25). Era o processo de aculturação que iniciava, e não é por coincidência, mas, pelo contrário, por significativa vinculação histórica, que o primeiro ciclo econômico do Brasil se marca com o início do processo de aculturação portuguesa no nosso trópico. "Uma verdadeira camada de choque"

7
niciava, ao mesmo tempo, o caminho da aculturação sociológica e da riqueza econômica.

Se, como já se demonstrou tantas vezes, são poucos os documentos que falam dessa primeira fase do Brasil (e isto se canta até mesmo nos versos de Camões) é bem provável que o caso do "patriarca" João Ramalho não seja único. Pelo contrário, os degredados aqui deixados desde Cabral, o Caramuru e o Bacharel de Cananéia não devem ter sido exemplos únicos. Não deve ter faltado povoador. O que faltou foi a crônica que registrasse o povoador desses primeiros tempos do Brasil...

Diz Latif (26): quando Martin Afonso de Souza chegou ao Brasil encontrou três brancos (pelo menos - são os mais registrados nas crônicas) e deles o mais útil é Ramalho: este que não tem o "arcabuz barulhento" de Caramuru, nem a cultura livresca do Bacharel, mas... é o que tem mais mamelucos! E são tantos, continua o mesmo autor, que Tomé de Souza "tem pêjo" de citar, em carta a El-Rei, o número exato dos filhos que o patriarca tivera". E, conclui o autor de "O Homem e o Trópico": "a tomada de posse da terra continuará ao ranger das redes de fibra de tucum, na surdina da noite, à velha moda dos portugueses raçadores da vila mameluca".

Eis que, sem ser sua função precípua o povoamento e apesar da própria natureza quase "nômade" das feitorias (desde que escasseasse o pau-brasil, era preciso mudar de localização) e mesmo sem ter deixado núcleos demográficos perenes - as mencionadas feitorias não devem ter sido estranhas ao iniciar do processo de povoamento e de aculturação do português no trópico. A própria lógica e a posterior formação da colonização no Brasil, com a agricultura, assim ensinam.

Outro aspecto ainda a considerar. A feitoria - expressão colonial do ciclo econômico do pau-brasil - vai utilizar, pela primeira vez, a mão de obra indígena. O corte das árvores, o lenhamento do pau-brasil em toros, o transporte da floresta para a beira da praia, às vezes 15 a 20 léguas, o armazenamento, o transbordo para as caravelas do colonizador branco - são tarefas de mão de obra índia. E isso não é de se desprezar, pois, sem essa mão de obra, possivelmente, o ciclo econômico do pau-brasil não registraria o movimento que alcançou: 20 mil quintais anuais, conforme diz o comerciante da época Leonardo de Cá Messer citado por Lery e secundado (com reservas) por Simonsen. A mão de obra índia (a trôco de missangas, evidentemente), foi mais do que preciosa: chegou a ser indispensável. Por isso, diz Caio Prado Júnior: "É graças, aliás, à presença relativamente numerosa de tribos nativas no litoral brasileiro que foi possível dar à indústria um desenvolvimento apreciável" (27).

- E o lucro? Qual o lucro que Portugal auferiu desse primeiro ciclo da economia brasileira?

- Simonsen, que é doutor na matéria, mostra-se prudente na resposta. Na realidade não há dados exatos dessas rendas. Pode-se, diante de

informações daqui e dali, chegar a um cálculo. Eis a aritmética do autor de "História Econômica do Brasil" (28), num balanço de 1500-1532: "Admitindo-se como base do arrendamento 4.000 cruzados e supondo-se que representasse essa cota 1/4 do valor do material extraído, teríamos, para valor da exportação, nos 30 anos: $30 \times 16.000 \times 250\$000 = 120.000$ contos, dos quais 30.000 contos pertenceriam à Coroa Portuguesa. Esse valor corresponde a cerca de 300 toneladas anuais, ou sejam a carga de 3 a 5 naus daquele tempo". (Cálculo feito em 1936).

Quanto ao comércio exterior, por essa época, segundo a História da Colonização Portuguesa no Brasil (29), apresentava as seguintes informações: em 8/8/1509 o feitor João Brandão informava de Antuérpia a cotação do pau-brasil em 28 soldos o cento; em 6/5/1516, Rui Fernandes informa de Bruxelas que a cotação está em 7 dinheiros e também de Bruxelas o mesmo informante avisa em 6/2/1517 que a cotação baixava para 25 soldos. É evidente que o monopólio dos países coloniais (e não somente o de Portugal), a carência de indústrias lusitanas, aliados à concorrência dos contrabandos francês e espanhol, não estabilizavam o mercado e forçavam a grandes irregularidades, o comércio português do pau-brasil.

Em 1550, com a ascensão do açúcar vai se reduzir o interesse pelo pau-brasil. Isso não quer dizer que se extinga a indústria extrativa, apesar de alguns autores pretenderem limitá-la aos 30 primeiros anos. Afonso Arinos diz com acerto que os ciclos podem co-existir no mesmo tempo histórico.

Em outro local deste trabalho, daremos o prosseguimento do roteiro do pau-brasil. Por hora nos limitemos ao Sec. XVI, que termina com a seguinte informação de Fernando de Azevedo (30): "Segundo Fernão Cardin e Gabriel Soares, se a isto dermos crédito, somente das capitânias de Paraíba e Pernambuco rumaram para Lisboa, em fins do Século XVI e princípios do seguinte, mais de cem naus carregadas de pau-brasil, dando o monopólio desse comércio à coroa 60 mil cruzados, ou cerca de 6 milhões de cruzeiros em moeda brasileira, por ano".

O certo é que quando ainda é o pau-brasil a única alavanca econômica da nova colônia, com os seus comercios ancilares, Portugal se queixa que a terra de Cabral dava prejuízo...

Todavia não foram somente portugueses os que fizeram o comércio do pau-brasil. Também os franceses (que ainda não conheciam o testamento de Adão, que assegurara, com a decisão papal, a divisão do mundo para Portugal e Espanha...) muito lucraram com a "ibirapitanga" dos índios. Além de outros, como os espanhóis.

Diz mesmo Paul Gaffarel em sua "Histoire du Brésil Français" que "as madeiras preciosas, especialmente as de tinturaria, que formam o carregamento essencial dos nossos navios" são muito mais importantes do que as curiosidades da terra tropical. É que a França tem uma população considera-

velmente maior que a de Portugal e a sua importante indústria muito poderá aproveitar, como matéria prima, o vegetal da tinturaria.

O tribunal de presas ao examinar o conhecido "caso" da nau "Pelrine" constatou o seu carregamento, (justamente, na época em que Martin Afonso de Souza procurava iniciar a colonização no Brasil): 5.000 quintais de pau-brasil, 3.000 peles de leopardos e outros animais, 600 papagaios, 300 bugios e saguis, 300 quintais de algodão, 300 quintais de caroço de algodão, minérios de ouro e óleos medicinais - tudo no valor de 62.300 ducados, o que era, evidentemente, um exagero de Saint Blancard, ao fazer a sua reclamação perante o referido triginal de prêsas.

Eis que Portugal se decide a povoar o litoral brasileiro, pois, está na encruzilhada: ou toma posse efetiva da terra, ou, em futuro bem próximo, perderá o seu domínio. É a hora em que vão surgir as donatárias, por inspiração do Mestre Diogo de Gouveia que aconselha: "Sete a cito povoações seriam bastantes para defender a terra que não vendam o brasil a ninguém e não o vendendo, as naus não hão de querer ali ir para voltarem vazias". Ao que secunda, judiciosamente, Simonsen (31): "não havendo estoques acumulados do lenho tintorial, muito difícil se tornaria a pilhagem e o embarque do produto dentro de poucos meses".

Assim, não há a negar que houve uma tomada de posição em favor de uma colonização que Portugal queria construir neste trópico. A definição dos lusos é coerente com a importância de sua talassocracia, com os seus planos de vigilância em relação ao império que a Espanha construía na América e com a cautelosa política de fixação de fronteiras pacíficas ao longo do seu famoso Caminho Marítimo para as Índias, penosamente conquistado. Tinha razão, assim, Calógeras, quando afirmava numa conferência da Biblioteca Nacional: "A guerra do pau-brasil tornou-se, em última análise, a primeira campanha pela integridade nacional".

O ciclo econômico que vimos estudando recebeu a denominação do seu principal produto - o pau-brasil. Todavia, êste não foi o único. Daí A. J. de Mattos Musso (32) apontar os comércios ancilares: os escravos, animais vivos e mortos (penas de aves), o algodão nativo e algumas outras sementes oleaginosas.

IV

Documentalmente é indiscutível: o nome da terra é Vera Cruz, Ilha de Vera Cruz, como está escrito nos mais velhos documentos de nossa História: as cartas de 12 de Maio de 1500, de Mestre João e de Caminha, respectivamente.

No entanto, bem cedo a terra seria conhecida por outro nome - o da madeira côr de brasa, objeto primeiro de quase toda a manifestação comercial desse trópico português. Se nos descobrimentos pesaram motivos de

ordem comercial e religiosa, e se na primitiva designação da terra foram preponderantes as manifestações místicas de marinheiro que se satisfaz em ver terra firme e, nisso rende graças a Deus - todavia, como a frequência da terra passou a ser de comerciantes do pau-brasil, logo se muda o nome da ex-ilha de Cabral, e, pouco a pouco, nas notícias, nos portulanos e nos papéis oficiais, vai surgindo e se fixando a designação de Brasil.

O primeiro ciclo econômico vai dar nome ao último descobrimento lusitano do Século XV. "As expedições mercantes, inicialmente ocupadas no comércio do pau-brasil, tiveram pois, influência decisiva na nova nomenclatura geográfica" é como bem define a situação a "História da Colonização Portuguesa no Brasil" e nos oferece o roteiro da mudança de nome, e que seguiremos.

João Empoli, ao fazer viagem para as Índias, em 1503, já nos dá notícia dos dois nomes: Terra de Vera Cruz ou Brasil. No entanto a documentação oficial portuguesa ainda vai se manter tradicional: Terra de Santa Cruz na carta de D. Manuel ao Rei de Castela e na doação a Fernão de Loronha, esta de 1504. João de Barros abriga as duas formas "nossa província de Santa Cruz, que vulgarmente chamam Brasil". Ainda é "Terra S. Crucis" no portulano 2803 de Egerton e, num mapa-mundo português anônimo, datado de 1502 permanece "Terra Sctē Crucis". Todavia, anterior a este é o Planisfério mandado por Alberto Cantino ao Duque Hércules D'Este, onde, ao lado da designação de "Vera Cruz", aparece o nome de um rio: "rio de brasil", nas proximidades do Porto Seguro de Cabral. "O primeiro e mais antigo mapa português do Brasil, composto em 1502 com o resultado das expedições de Cabral e Gaspar de Lemos, da armada de 1501 e da de João da Nova no mesmo ano, figura, já, próximo da designação mística de Vera Cruz, a palavra "brasil, que haveria de aplicar-se à terra" (33). Este "rio brasil" já foi estudado exuberantemente por Candido Mendes ("Introdução ao "Direito Mercantil do Visconde de Cayru), Orville Derby; (Revista do Instituto Histórico de São Paulo) e J. C. Gomes (Revista Americana - Rio).

Em 1508, na edição de Ptolomeu ainda se registra "Terra Sanctae Crucis", enquanto que no mapa-mundo de Jerônimo Marini, em 1511, já a América austral é designada pelo nome de Brasil.

Quanto aos documentos oficiais, a Ceroa se manteve no princípio ligada à primeira nomenclatura, evoluindo, depois, diante da nova evidência. Fala-se em "Ilha da Cruz", no Regimento dado a D. Francisco de Almeida (1505), no Regimento de João da Nova e nas instruções para Fernão Soares (1507).

Logo depois surge um novo nome, que, por falta de apoio econômico vai gorar, diante da crescente produção do pau-brasil: Terra dos Papagaios, como se deparam na carta de Cretico (1500), no globo de Schoner (1520) e na edição de Ptolomeu de 1522.

Parece ser 1511, ou perto desta data, que Portugal vai chamar, oficialmente, a nova terra de Brasil. Assim está, na referida data, no Regimento da Nau Bretoá, na Carta de Afonso de Albuquerque ao Rei D. Manuel

(1512), enquanto sabemos que já Duarte Pacheco, no seu famoso "Esmeralda" declinara: "Terra do Brasil dalém mar oceano". E também já é D. Manuel que escreve a Fernão de Castela (1513) sobre "a nossa terra do Brasil".

Em 1527, no entanto, ainda não é decisiva a nova nomenclatura, pois o mapa de Visconde Maiolo prefere a forma eclética: "Terra Santae Crucis de lo Brasil e de Portugal", enquanto que, dois anos mais tarde, Diogo Ribeiro, também em seu mapa se define por "Tierra del Brasil".

Já a essa altura Portugal não padece de mais indecisões, pois, oficialmente escreve: "Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530" e até em títulos de nomeação está escrito: "Martim Afonso de Souza do meu conselho capitam-mós darnada que envio à terra do brasil".

Em linguagem de filosofia marxista diríamos que a infra-estrutura econômica determinara a mudança do nome adotado pela super-estrutura ideológica...

O que na realidade acontecera é que a terra atravessara o período de abandono dos primeiros trinta anos, quando a miragem e o sortilégio das Índias prendiam de fascínio o mercantilismo português. Aqui só vinham os que não tinham as especiarias orientais e se contentavam com o pau-brasil, sem dúvida economicamente muito inferior, mas, que também oferecia lucro, como matéria prima, para a indústria de tinturaria da Europa. Melancolicamente nos confessa João Ribeiro: "perdeu-se o nome oficial da terra (Santa Cruz), e formou-se o único que aos estranhos a fazia lembrada: a região do pau-brasil" (34).

Todavia, essa mudança não se fez sem os protestos da "intelligentsia" lusa, ligada profundamente à religiosidade da época e ao tradicionalismo católico português. Assim é que João de Barros, nas "Décadas" não se conforma: "como que importava mais o nome dum pau que tinge panos que daquele pau que deu tintura a todos os Sacramentos por que somos salvos" (35), para concluir: "mudança inspirada pelo demônio, pois a vil madeira que tinge o pano de vermelho não vale o sangue vertido para a nossa salvação". Também um jesuíta da época queixava-se: "Vergonha que a cupidez do homem, por preocupações de tráfico, substituísse o lenho da cruz, tinto com o real sangue de Cristo, pelo de outra madeira, semelhante somente na cor" (36). Pelo mesmo diapasão vão afinar Gandavo, frei Vicente do Salvador, frei Santa Maria Jaboatã, etc. Este último não compreendendo porque a ambição dos homens "fazia mais estimação do valor destes paus vermelhos, de que dependem os seus lucros temporais, do que do inestimável preço daquele sagrado Madeiro, donde com outra melhor cor, e sem comparação alguma, pendeu todo o nosso espiritual remédio" (37).

Assim, o nome da terra ficou Brasil. O primeiro ciclo econômico marcara indelévelmente, para sempre, a descoberta de 1500. A Santa Cruz seria sinal mais alto, no céu das noites estreladas, com o Cruzeiro do Sul e, depois, na formação religiosa da colonização, que fez um povo, preponderante, cristão...

Todos os autores são concordes em que o ciclo do pau-brasil foi marcado por uma economia destrutiva. Não foi uma exploração, mas, antes uma destruição, como bem define Simonsen. À empresa comercial europeia, interes-

sava, tão somente, que a madeira estivesse armazenada na feitoria, para o rápido transbordo.

Quanto à mão de obra era a mais primitiva e menos profissional possível, pois, como vimos, estava confiada aos indígenas. Estes trabalhavam com machados, serra, e até mesmo fogo, estimulados pelo "salário" de missangas "não sabiam poupar riquezas, abatiam essas árvores ao acaso".

A área litorânea do pau-brasil era extensa e grande a sua reserva florestal na Colônia.

No entanto, hoje, na pinhão abalizada de A. J. de Sampaio é a referida madeira "uma raridade de nossa flora." (Biogeographia Dynamica").

Acreditamos ser essa a melhor demonstração de que "era uma exploração rudimentar que não deixou traços aprediáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira", no dizer de Caio Prado Junior, na obra citada.

VI

A extração do pau-brasil definia, caracteristicamente, o ciclo econômico pre-colonial. Isto é, a atividade econômica que predominou antes da efetiva ocupação da terra pelos portugueses, com agricultura e com o povoamento regular. Daí a sua importância econômica começar a decrescer a partir de 1550, quando o açúcar vai marcar um novo passo da nossa economia e, habitualmente, se estudar o pau-brasil, de preferência de 1500 a 1530.

No entanto, estamos com Afonso Arinos de Melo Franco, quando situa os ciclos econômicos não cronologicamente se sucedendo, mas, coexistindo, um ao lado do outro, algumas vezes, e, até mesmo, em certos casos, diferenciando regiões.

Certamente que houve uma precoce decadência da indústria extrativa da madeira tintorial: a devastação de matas, a falta de interesse e outras fatôres, desbancaram o pau-brasil, mas, a sua exploração continuará, mesmo esporadicamente e mantendo-se no mesmo regime de monopólio da Coroa. Embalde o Governo português procurará, no início da colonização, o ouro e a prata. O pau-brasil e, já então açúcar, são as fontes que contribuirão para o erário lusitano. Daí a resposta Diogo Menezes (1608-1613), nono Governador Geral: "Creia-me V.M. que as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e pau-brasil de que V.M. tem tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda um vintém". Nessa época (1607) o pau-brasil valia a décima parte da pimenta do Oriente, esta 600 mil, o brasil 60 mil cruzados para a Coroa. (38).

Por toda a longa história da Colônia o pau-brasil será conservado como monopólio Real. Isso está expresso nas Cartas de Doação das Capitâneas, bem como com o estabelecimento do Governo Geral, conforme bem estudado o assunto Bernardino José de Souza em seu completo "O Pau-Brasil na História Nacional" (pags. 134 e 144).

No Domínio Espanhol ainda melhor se procura preservar o monopólio com o Regimento de 12-12-1605, de Felipe II.

Os Holandeses, dominando o melhor da chamada "costa do pau-brasil" estabelecem o monopólio fiscal de todo o comércio indistintamente, e, quando, num desafogo, liberam o comércio da opressão, diante dos protestos, (1639), mantêm, ainda, sob monopólio munições e escravos e o "pau de pernambuco", como conheciam também o pau-brasil.

Chega D. João VI ao Brasil, abre os portos "às nações amigas", mas, não se esquece da ressalva, já tradicional na economia portuguesa: "Que não só os meus vassallos, mas também os súditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, a exceção do Pau-Brasil, ou outros notoriamente estancados..."

Às vésperas da Independência (17-7-1822), Martin Francisco, seguindo a política anti-portuguesa de José Bonifácio, determina às Juntas da Fazenda Pública das Províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, que suspendam qualquer remessa de pau-brasil para Lisboa.

Com a Independência, o pau-brasil é considerado patrimônio nacional, e, o seu monopólio só irá ser abolido pela Lei 1040, de 14-9-1859.

Até 1875 o "pau de pernambuco" figura na lista das nossas exportações, quando, nesta data, em seu relatório, o Visconde de Rio Branco declara: "Os direitos do pau-brasil são cobrados na razão das outras madeiras"

Isto porque, dez anos antes, os alemães haviam descoberto as anilinas, o que foi o atestado de óbito para o pau-brasil, como matéria prima da indústria de tinturaria.

Durante as nossas exportações quais os mercados que abastecemos de "ibirapitanga"?

É Bernardino José de Souza, que nos forneceu o roteiro que acabamos de percorrer, que também nos dá a resposta: "Ja no fim do Século XVII e sobretudo ao longo do décimo oitavo, o mercado por excelência importador do pau-brasil de Lisboa era Londres" e depois traz nova informação, que Londres continuou a ser quase o nosso único mercado, depois da Independência. (39)

O pau-brasil servira à Revolução Comercial Portuguesa e à Revolução Industrial Inglesa. Vivera economicamente em função dessas duas etapas do desenvolvimento capitalista. Para o fornecimento de matéria prima esgotara-se numa economia, eminentemente, destrutiva. Suas reservas cedo se extinguíram. Mas, a sua missão ainda não estava cumprida. Essa mesma Revolução Industrial, depois de sugar até a última gota das reservas vegetais do pau-brasil, passaria o atestado de óbito nessa matéria prima da tinturaria, descobrindo as anilinas, que mudariam, completamente, os rumos e as bases dos mercados.

VII

"Os produtos-reis, longe de se combinarem, substituem-se uns aos outros nas estatísticas, personificando períodos que historiadores e geógrafos, embora esquematicamente, puderam descrever como verdadeiros ciclos. É difícil dar uma ordem cronológica a esta história. Determinada exploração não está ainda morta e prolonga-se com uma continuidade atenuada quando, numa outra região surge nova febre. As exaltações econômicas incidem sobre atividades muito diferentes: culturas, colheitas, pesquisa de metais preciosos" - esta é a lição de Maurice Le Lannou em seu "Brasil" (40) e que vem dizer de bem perto as dificuldades do tema abordado nestes apontamentos. Aliás, o próprio autor, nas citações dos nossos ciclos econômicos não inclui o do pau-brasil e nisso ele segue a linha de Normano, o autor de "Evolução Econômica do Brasil" (41).

Ao contrário, a maioria dos autores catalogam, de início, o ciclo econômico do pau-brasil, como o primeiro, cronologicamente falando, da economia nacional, assim todos os já citados e mais Pandiá Calógeras e Nogueira de Paula. E, como diz Luís Pinto (42) "com o vulto comercial que o pau-brasil teve nos primeiros anos após o descobrimento, não se pode excluí-lo das fontes econômicas da colonização!"

Quanto à bibliografia do pau-brasil ela é muito antiga e fácil é fazer um levantamento das obras mais expressivas: (43) Pero de Magalhães Gandavo ("História da Província de Santa Cruz", 1576), Jean de Lery ("História de uma viagem feita à Terra do Brasil", 1578), "Diálogo das Grandezas do Brasil", 1618, Ayres de Casal (Corografia Brasílica, 1817), João Paulo de Araujo ("Memórias", s/d, Joaquim Almeida Pinto (Dicionário de Botânica Brasileira, 1873), etc. ...

Esta uma "notícia do ciclo econômico do pau-brasil" - que deu nome e brasão à ex-ilha de Cabral, preservou para os portugueses o domínio da colonização, promoveu os primeiros contactos do branco português com o índio americano, iniciou o processo de aculturação da nova civilização lusa no trópico. E, hoje, visto pelo prisma da História, não vale somente pelo seu conteúdo econômico, de cifras, de estatísticas e de pesquisas nos arquivos, mas, também, pela sua mensagem emocional de ter sido o primeiro momento do despertar da América do Sul para a civilização do Ocidente. Foi o primeiro passo para sair da Idade da pedra polida e iniciar a longa caminhada que levará o País de hoje ao seu grande destino.

MOACYR DE GÓES

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) GOES, Moacyr de - "Portugal, de Sagres e do Infante"
- Diário de Natal.
- (2) FAORO, Raymundo - "Os Donos do Poder - Formação do Patro-
nato Político Brasileiro", pag. 49 -
Ed. Globo, 1958.
- (3) ATLAS Histórico Escolar - Pag. 8 MEC - 1953
- (4) CAMÕES, Luiz de - "Os Lusíadas" - X, 140 - Comp. Melhora-
mentos de S. Paulo - SP-s/d.
- (5) SIMONSEN, Roberto C - "Hist. Econômica do Brasil" - pag. 59.
Comp. Editora Nacional - SP-1957
- (6) AZEVEDO, Fernandes de - "A cultura Brasileira" Tomo 1, pag.
77. Edições Melhoramentos- 1958.
- (7) SOUSA, Bernardino José de - "O Pau-Brasil na História Nacio-
nal" - pag. 82 - Brasileira, (Comp. Edit.
Nacional) - 1939.
- (8) MUSSO, Antonio José de Mattos - "Os Ciclos Econômicos do Bra-
sil" IBGE - Rio, 1958.
- (9) SIMONSEN, Roberto C - Op. cit. - pag. 52.
- (10) História da Colonização Portuguesa no Brasil - vol. II. pag.
336 - Tipografia Nacional - 1922.
- (11) FAORO, Raymundo - Op. cit. - pag. 50
- (12) História da Colonização Portuguesa no Brasil - Op. cit. pag. 330
- (13) VIANNA, Helio - História Administrativa e Econômica do Bra-
sil - pag. 102. Comp. Editora Nacional-1951.
- (14) GOES, Moacyr de - "O Brasil antes dos 30 anos" pag. 21 Edi-
ção Cactus - Natal - 1959.
- (15) AZEVEDO, J. Lucio de - "Épocas de Portugal Econômico" pag. 238
- Livraria Clássica Editora - Lisboa-1947.
- (16) PRADO Junior Caio - "História Econômica do Brasil" - pag. 27
- Editora Brasiliense, Ltda. São Paulo, 1956.
- (17) CALMON, Pedro - "Historia do Brasil", pag. 132 - Livraria
José Olímpio Editora, Rio - 1959.
- (18) SIMONSEN, Roberto C - Op. cit. pag. 61.
- (19) " " - Op. cit. 78.
- (20) SODRÉ, Nelson Werneck - "O que se deve ler para conhecer o
Brasil" pag. 32 - Centro Brasileiro de
Pesquisas Educacionais. INEP - MEC -1960.
- (21) GRAÇA, Arnobio - "Ciências Econômicas e Sociais" pag. 113 -
Edição Saraiva, S. Paulo - 1953.

- (22) SODRÉ, Nelson Werneck - op. cit. pag. 32.
- (23) História da Colonização Portuguesa no Brasil - Op. cit. pag. 334.
- (24) FREYRE, Gilberto - "Casa Grande e Sensala" - Livraria José Olímpio Editora - Rio - 1954.
- (25) SODRÉ, Nelson Werneck - Op. cit. pag. 32.
- (26) LATIF, Miran de Barros - "O Homem e o Trópico" pag. 126-127 - Agir - 1959.
- (27) PRADO Junior, Caio - Op. cit. pag. 26.
- (28) SIMONSEN, Roberto C - Op. cit. pag. 61.
- (29) História da Colonização Portuguesa no Brasil" -Op. Cit.pag.339
- (30) AZEVEDO, Fernando de - Op. cit. pag. 77.
- (31) SIMONSEN, Roberto C - Op. cit. pag. 58.
- (32) MUSSO, A.J. de Mattos - Op. cit. pag. 10
- (33) "Hist. de Colonização Portuguesa no Brasil - Op.Cit. pag.320.
- (34) RIBEIRO, João - História do Brasil - Pag. 46 - Livraria São José Editora - Rio - 1955.
- (35) BARROSO, Gustavo - História Secreta do Brasil - 1ª vol. pag. 27 (notas) - Brasileira - Cia. Editora Nacional SP. 1937.
- (36) SIMONSEN, Roberto C - Op. cit. pag. 64.
- (37) MUSSO, A. J. de Mattos - Op. cit. pag. 8.
- (38) CALMON, Pedro - Op. cit. pag. 133 - Hist. Colonização Port. Brasil.
- (39) SOUZA, Bernardino José de, - Op. cit. pag. 179.
- (40) LANNON, Maurice Le - Brasil, pag. 46 - Publicações Europa-América, 1957.
- (41) NORMANO, J. F. - "Evolução Econômica do Brasil - Companhia Editora Nacional - Brasileira, 1945.
- (42) PINTO, Luiz - "História do Povo Brasileiro", pag. 108 A. Coelho Branco Filho - Rio, 1948.
- (43) SOUSA, Bernardino José - Op. cit. - pag. 69

CAPÍTULO 2

CIVILIZAÇÃO DO ACÚCAR

"Antes de ter sido, dentro do seu período de economia monocultora e de sociedade mais ou menos colonial, um país identificado com o café, o Brasil teve sua presença assinalada na economia internacional pela produção do açúcar. Tanto que as palavras molasses e muscovado tornaram-se sem demora palavras correntes no vocabulário do comércio internacional, levando para outras línguas, através da língua portuguesa, um sabor, além de tropical, brasileiro.

É certo que aos começos do Brasil não faltou o coborido ou o pitoresco de ter sido uma terra muito procurada por europeus de ânimo aventureiro e de espírito comercial, pela sua madeira de tinta - a que lhe deu, afinal, o nome, vencendo os litúrgicos, de Santa Cruz e Vera Cruz; procurada também pelas peles de alguns de seus animais e por outras curiosidades tropicais, das que então principiaram a atrair considerável interesse da parte da Europa burguesa. Foi sob êsses estímulos que vieram arrancar-se em terras brasileiras, depois especializadas na cultura da cana, franceses que no Brasil se ligaram a mulheres indígenas, criando mestiços alourados cujo tipo fixo surpreendeu a alguns dos primeiros colonos portugueses, vindos para o Brasil com o desejo de aqui se estabelecerem patriarcal e solidamente.

Casa-Grande e Senzala. Esse tipo de fixação européia e cristão no Brasil foi a cana-de-açúcar e a indústria baseada nessa lavoura que o tornaram possível. O "engenho de açúcar" tornou-se a primeira base econômica e o persistente modelo de forma ou de configuração social de todo um vasto sistema de organização de economia e de família, de sociedade e de cultura, que das terras de cana-de-açúcar se comunicaria a outras terras e constituiria o fundamento da unidade - unidade dinâmica - daquela parte da América em que portugueses, com o auxílio ameríndio e principalmente africano, desenvolveriam um tipo novo de civilização. As substâncias ecológicas, econômicas, étnicas, culturais até, que concorreriam para essa unidade, seriam, dentro de novas condições de espaço e de tempo, diferentes, nas suas predominâncias, das que se reuniram em torno dos engenhos de açúcar instalados, em maior número, em terras do massapé do Nordeste. Mas as formas sociais que condicionariam esses outros ajustamentos regionais de substâncias, seriam as que primeiro se desenvolveriam naquelas terras - as de cana-de-açúcar - e em torno de seus engenhos - engenhos de animais, de rodas d'água e a vapor: um sistema de relações dos homens com a natureza e dos homens entre si caracterizado pela preponderância da organização patriarcal de economia - inclusive de trabalho: durante longo tempo, o escravo - de família e de sociedade.

Daí a moderna interpretação da formação social brasileira ter recorrido aos símbolos sociológicos "casa-grande & senzala" à abstração, em símbolo sociológico, da antiga expressão "triângulo rural" (engenho-casa-massapé).

la), para caracterizar aquele sistema de relações como um sistema de formas sociais que, com substâncias básicas, diferentes das predominantes no Nordeste agrário, do século XVI ao séc. XIX - açúcar, português, escravo africano, cunhã, cavalo, boi - vigoraria até o século atual, noutras áreas do Brasil, dando unidade sociológica ao complexo inter-regional brasileiro: cacau, português, ameríndio, escravo ou quase escravo, numa dessas áreas; café, português, escravo africano (transferido do extremo Norte e principalmente do Nordeste para o Sul), colono italiano, noutra; ouro, português, escravo africano, numa terceira; gado, português, peão caboclo ou ameríndio, numa quarta; algodão, português caboclo, numa quinta; borracha, brasileiro de origem principalmente portuguesa, ameríndio ou caboclo, numa sexta. Todas áreas em que se prolongaria, com maior ou menor vigor, o sistema sociologicamente panbrasileiro de economia, de família e de cultura que teve seu desenvolvimento não só inicial como decisivo - decisivo para o destino da América Portuguesa - nas terras de massapê, isto é, nas terras da mesma América que se revelaram, ecologicamente, as mais favoráveis à cultura da cana-de-açúcar e, geograficamente, as mais favoráveis ao comércio internacional do açúcar, numa época em que tal produto, como staple commodity, era capaz de fazer prosperidade de uma região.

Economia e Civilização: Na revolução que o uso generalizado do açúcar causou na Europa do Século XVI, o Brasil - principalmente o Nordeste, embora também em São Vicente madrugasse a indústria açucareira - desempenhou papel importante. Ao açúcar fabricado no Brasil abriram-se mercados grandemente vantajosos. Sabe-se que antes de 1500 o europeu adoçava os seus alimentos e bebidas apenas com um pouco de mel: desconhecia o açúcar que tendo começado a aparecer na Europa quase exclusivamente como remédio, nas boticas, não tardou a tornar-se indispensável à alimentação de aristocratas, de burgueses e de quase toda a sua população, em geral. Sobretudo depois que essa população começou a consumir bebidas também tropicais: o cacau e o café, ao lado do chá da Índia.

Compreende-se que, revolucionado desse modo o sistema de alimentação europeia, o Brasil, recém-descoberto, surgisse quase de repente no comércio internacional como produtor, em condições ecologicamente ideais de um artigo que não tardou a trazer, aos portugueses empenhados em atividades tropicais, rendimentos mais regulares ou estáveis que as riquezas do Oriente. Também se compreende que a atenção os portugueses, a princípio concentrada no Oriente, se voltasse para suas terras americanas que, divididas em capitanias, foram, nas áreas mais favoráveis à cultura da cana, espaços quase de súbito alterados na sua paisagem e na sua configuração pela presença de famílias patriarcais, vindas de Portugal - muitas delas, do Norte de Portugal - com capitais suficientes para se estabelecerem feudalmente nas mesmas áreas. Estabeleceram-se nelas, com "datas de terra" e em casas-grandes com alguma coisa de solares; e tendo a seu serviço militar, ameríndios, e a seu serviço agário - para o trabalho nos canaviais e parte do trabalho nos engenhos - es-

cravos importados da África; e contando, para articulação da sua indústria agrária com o comércio mundial, com judeus que, prevendo as possibilidades comerciais do açúcar brasileiro, estabeleceram-se em Olinda, em Salvador, no Recife, no Rio de Janeiro; e para a organização moral, religiosa e intelectual da sociedade, que se foi formando à base de uma economia tão singularmente vantajosa, com franciscanos e principalmente com jesuitas, empenhadas na catequese de indígenas, na moralização dos costumes, na educação da mocidade e na orientação cristã da própria recreação - o teatro, por exemplo - de adultos e de crianças.

Dai os centros urbanos que primeiro se desenvolveram em áreas especializadas na cultura da cana e no fabrico do açúcar term sido, no Brasil os pontos em que se iniciaram os mais significativos desenvolvimentos de cultura moral, intelectual, religiosa, científica e artística na América Portuguesa: a educação humanística, com os colégios estabelecidos pelos jesuitas no séc. XVI, destacando-se pela sua amplitude e importância o de Salvador, já naquele século com alguma coisa de colégio universitário; a literatura brasileira, com o poema Prosopopéia, escrito no mesmo século em Pernambuco por Bento Teixeira; a vida monástica, com os mosteiros e conventos estabelecidos na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, no Rio de Janeiro, focos de devoções e atividades religiosas e parareligiosas, de uma repercussão na vida brasileira dos primeiros séculos coloniais que ninguém hoje ousa negar, de modo absoluto, ter sido valiosíssima, embora deva se reconhecer haver sido uma atuação às vezes prejudicada por excesso ou abusos, na época, talvez, inevitáveis; a literatura israelita que, segundo historiadores especializados no assunto, teve o seu começo no Recife, na primeira metade do século XVII, com o poema escrito pelo Rabi Aboab da Fonsêca.

Além do que, foi à sombra da civilização do açúcar que primeiro se desenvolveram, na América Portuguesa, as artes da arquitetura, escultura, pintura, urbanização, culinária, da docaria e da renda; a ciência médica; as ciências naturais; os estudos etnológicos, sociais e históricos, voltados para o ameríndio e para a análise das primeiras relações de europeus em populações ameríndias e com a natureza americana ou tropical. Tais artes e ciências tiveram suas primeiras expressões no Brasil, como manifestações do sistema de cultura íbero-Católico, que foi o predominante no desenvolvimento da civilização brasileira do açúcar.

Holandeses e Lusitanos. Algumas delas, porém, resultaram notavelmente avigoradas pelo impulso que lhes trouxe a presença holandesa - principalmente a do Conde Maurício de Nassau no Nordeste açucareiro do Brasil, durante o século XVIII. Foi com os holandeses - atraídos para o Brasil pelo fato de serem as terras brasileiras de massapê ideais para a cultura da cana e pela situação econômica e comercialmente estratégica do Recife, inclusive a proximidade do Nordeste do Brasil, da Angola, fonte de escravos - que, na América tropical, se verificaram os primeiros estudos sistematicamente cientí-

ficos de flora e de fauna; que se traçou o primeiro plano científico de urbanização de um burgo predominantemente comercial no seu destino de cidade, para o século XVII, moderníssima: o Recife; que se organizou o primeiro jardim zoológico completado pelo primeiro jardim botânico; que se realizaram as primeiras quermesses e outras recreações populares de sabor não-ibérico, que se pintaram as primeiras paisagens e se fixaram, em desenhos de valor científico, uns, de interesse artístico, outros - trabalhos de pintores e desenhistas holandeses - tipos de homem e de mulher, costumes, casas, povoações, plantas, edifícios e aparelhos de engenhos de açúcar, veículos, barcos, toda uma série de instrumentos de cultura e de técnica; que se iniciaram cultos de Cristianismo evangélico acompanhados de esforços, também Protestantes, de catequese e de educação de indígenas; que se iniciaram condições de coexistência de três cultos religiosos o Católico-romano, o Protestante e o Judáico - sob as vistas liberais do Conde Maurício de Nassau; que se esboçaram formas, também não ibéricas, do governo representativo, admitindo-se nessa representação elementos das populações dominadas pelos invasores.

Se não foi considerável durante o período de domínio holandês sobre a maior parte das terras brasileiras de açúcar e sobre as suas populações luso-Católicas, o contacto entre as duas culturas - a luso ou hispano-Católica e a nórdica e Protestante - e os dois grupos étnicos - o nórdico e o ibérico, este tocado, desde os primeiros anos do século XVI, de sangue ameríndio - não deixou, entretanto, de verificar-se. Vários foram os nórdicos que se ligaram pelo casamento com mulheres da população luso- ou hispano-Católica, adotando a religião e os costumes das famílias em que se integraram, tornando-se eles próprios elementos do sistema patriarcal da família, de economia e de cultura característico da presença portuguesa nas terras brasileiras de açúcar. Terras conquistadas militarmente pela técnica dos holandeses, então superior, sob alguns aspectos, à dos portugueses, mas, que a não poucos, dentre eles, invasores, conquistaram por meios sutilmente psíquicos e sociais. Caso típico foi o de Gaspar van der Lei, que se casou com uma Melo de família desde a primeira metade do século XVI estabelecida patriarcalmente com engenho de açúcar no Cabo. Gaspar, capitão da cavalaria entre os holandeses, figura proeminente entre eles, fidalgo entre sua gente, aderiu de todo à fidalguia da Nova Lusitânia, isto é, da Capitania feudalmente fundada por Duarte Coelho e consolidada por sua esposa, Dona Brites - a primeira mulher-governador no continente americano - pelo seu cunhado, Jerônimo - célebre pelos seus muitos filhos de várias mulheres, uma delas a ameríndia, filha de cacique, Maria Arcoverde - e pelos seus filhos. Do casamento de Gaspar van der Lei - depois Wanderley - com aquela Melo da Nova Lusitânia resultaria numerosa descendência, quase toda integrada durante séculos na agricultura da cana e na indústria do açúcar no Sul de Pernambuco; e juntamente com os descendentes de Filipe Cavalcanti, florentino, de Cristóvão Luís, alemão, de Arnau de Holanda - outro holandês - de Albuquerque, português, constituída endogamicamente numa

aristocracia rural que, de Pernambuco se vem espalhando por outras áreas do Brasil. O mesmo aconteceu com outras famílias, quer procedentes de Portugal e da Espanha, quer vindas de outros países da Europa, - os Adorno, da Itália, e os Betink, da Holanda, em São Vicente, por exemplo - que a economia de açúcar permitiu se instalassem fidalga e prósperamente noutras partes do Brasil desde o primeiro século colonial: em São Vicente, na Bahia e no Rio de Janeiro.

Não consta os holandeses terem concorrido, de modo específico, para o aperfeiçoamento técnico da agricultura da cana e do fabrico do açúcar no Brasil. Sabe-se, porém, ter sido obra, em grande parte, da sua ciência - depois de enriquecida pela experiência brasileira - e aperfeiçoamento, a partir do meado do século XVII, do processo de refinar o açúcar, que se apuraria na França, deixando em situação de desvantagem comercial, desde o fim do mesmo século, o açúcar brasileiro ou muscovado: açúcar pardo e mal refinado que passaria a ser superado pelo produto alvo, fino, bem clarificado, das refinarias de estilo holandês de Dunquerque, Dieppe, Nantes, La Rochelle, Bordeaux, Bayonne e Marselha, e pelas inglesas.

Exodo. Também, com a reconquista das terras brasileiras de açúcar pelos portugueses e pelos brasileiros - brasileiros que nas lutas contra o invasor nórdico e Protestante parece ter adquirido sua primeira "consciência de espécie": uma consciência sociologicamente católica e comum a brancos, pardos e negros do que propriamente etnocêntrica - o Nordeste foi abandonado por grande parte dos judeus que, durante o século XVI e os primeiros decênios do XVII, haviam concorrido para dar prestígio comercial ao açúcar brasileiro, colocando-o nos melhores mercados. Vários desses judeus sefárdicos deixaram o Recife para se instalarem noutras áreas da América tropical como animadores ou organizadores de agricultura da cana e da indústria do açúcar, tendo, com esse fim, se feito acompanhar de escravos peritos nessas especialidades. Alguns, entretanto do Recife se transferiram para a então Nova Amsterdam, depois Nova York, que teve, assim, entre remotos pioneiros israelitas da sua grandeza comercial, homens cuja primeira experiência americana se verificou em terras brasileiras de açúcar e em atividades ligadas direta ou indiretamente ao desenvolvimento de uma civilização apoiada sobre a agricultura da cana e sobre a indústria e o comércio do muscovado. Nas Índias Ocidentais, porém, é que mais se evidenciou o valor da experiência adquirida pelos judeus sefárdicos no Brasil açucareiro e que, deixando de continuar a favorecer o Brasil, passou a beneficiar consideravelmente o então jovem Império Britânico. Tanto a base da grandeza metropolitana de Nova York como da potência imperial desenvolvida pelos povos britânicos, do século XVII ao fim do XIX ou ao começo do XX, pode-se afirmar ter havido alguma coisa extraída do Brasil: da economia ou da civilização brasileira do açúcar. Foi uma civilização que comunicou a outras civilizações vários de seus valores, antes de contrair-se numa economia apenas nacional ou num sistema apenas regional de agricultura desdobrada em indústrias

e esta indústria, em parte, pelo menos, capitalista.

Feudalismo e Capitalismo. A civilização brasileira do açúcar, que se vem antecipando a outras civilizações desenvolvidas nos trópicos, trouxe uma conciliação, aparentemente absurda e até logicamente impossível, entre elementos feudais, no século XVI, já arcaicos, de organização social e elementos capitalistas - na época, moderníssimos - de organização econômica. A presença de judeus no Recife, desde o século XVI, foi uma presença que corrigiu na agricultura da cana e na indústria do açúcar do Brasil colonial suas tendências excessivamente feudais. O interesse de holandeses pelas terras brasileiras de açúcar foi, em parte, um interesse de capitalistas por terras suscetíveis de lhes renderem proveitos ainda maiores que os por eles, desde o século XI, derivados de investimentos de caráter agrário em Flandres e na Holanda: terras européias que, graças a esses capitalistas, e não por esforço dos lavradores ou agricultores, foram drenadas com considerável vantagem econômica para os mesmos agricultores, em particular, e para as populações flamengas ou holandesas, em geral. Por esse meio, recuperaram-se mais de trinta mil hectares para a agricultura, tendo, desde então, técnicos holandeses se especializado em regular, dentro das condições européias de ecologia, solos demasiadamente úmidos e solos insuficientemente úmidos.

Tal o ambiente, na Europa, que animou capitalistas holandeses, empreendedores, porém, de limitada imaginação, a conquistarem dos portugueses terras brasileiras de açúcar. Esperaram, decerto, derivar dessa conquista lucros consideráveis e, ao mesmo tempo, beneficiaram as terras conquistadas e as populações subjugadas, - às quais, aliás, não se descuidaram de enviar representantes da sua religião Protestante.

Faltou-lhes, porém, - aos holandeses no Brasil - a capacidade de adaptação rápida a condições de meio físico e de meio étnico-cultural diferentes das européias: a capacidade tão de seus rivais, os luso-Católicos, no século XVII já estabelecidos há um século em terras americanas e tropicais de açúcar, com um à-vontade de veteranos mais ou menos felizes. Enquanto os holandeses que não aderiram no Brasil a esses veteranos, à maneira de Gaspar van der Lei, permaneceram, quase todos até o fim da sua aventura nas mesmas terras, arrivistas sociológicos, incapazes de se instalarem nelas com o mesmo à-vontade dos luso-Católicos.

Os portugueses, desde o século XVI, haviam desenvolvido, do seu contacto com a gente ameríndia e com a natureza da América tropical, uma nova culinária, e, principalmente, uma doçaria à base do açúcar farto e fácil e toda de combinações engenhosas de tradições européias com valores tropicais e ameríndios - sobretudo a mandioca, substituto, para muitos, do pão de trigo - não se conhece nenhuma combinação desse gênero realizada pelos holandeses. Ao contrário: uma das raras palavras holandesas que se aportuguesaram durante a permanência daquela gente nórdica nas terras brasileiras de açúcar foi a palavra brote. Uma como afirmação do seu apêgo ao tradicional pão europeu e do seu repúdio a substitutos ameríndios ou híbridos dos seus alimentos ortodoxamente

européus. O mesmo sucedeu com a sua arquitetura nas mesmas terras: conservou-se no Recife e parece que mesmo nos engenhos de açúcar - nos engenhos em que acrescentaram alguma coisa de seus edifícios tradicionais - a mesma da Holanda, quer nos riscos e na técnica de construção, quer no próprio material - tijolos e até madeira - que fizeram vir da Europa. Revelaram-se, assim, hirtos e sem imaginação para se adaptarem, tanto nos seus hábitos de alimentação como nos seus estilos de habitação, às condições de ambiente tropical nas terras brasileiras de açúcar, tendo se constituído num tipo de sociedade quase oposto ao da portuguesa.

O português, que se estabeleceu nas terras americanas que se tornaram de açúcar, tropicalizou-se sob vários aspectos: no seu traje; nos seus meios de transporte; na sua medicina caseira, na sua cerâmica, na sua própria técnica agrária; e adotou dos indígenas a rede para dormir, repousar, viajar, e o banho frequente essencial à higiene nos trópicos. Adotou, também, alimentos, e outros valores de cultura, dos escravos importados da África para o trabalho nas plantações de cana e nas fábricas de açúcar. Adotou deles e dos ameríndios - através de várias formas de contacto, inclusive as muitas uniões com mulheres de cor - cantos, danças, crendices.

Cultivo e cultura da cana. Do século XVIII ao XIX o açúcar continuou a ter importância na economia brasileira, embora o produto-rei do Brasil passasse, no séc. XIX, a ser o café. A decadência do açúcar no Nordeste vem se acentuando desde o fim do séc. XIX.

Com essa decadência, vêm-se agravando, mesma região, os maus efeitos da monocultura latifundiária. A substituição dos engenhos patriarcais pelas usinas industriais e comerciais só tem feito intensificar tais efeitos.

Há toda uma literatura, toda uma arte, toda uma ciência social especializada em fixar, interpretar, e analisar a decadência da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro; ou em evocar o seu esplendor. Destacam-se, na literatura, quase todos os romances de José Lins do Rego e alguns de Graciliano Ramos, Minha Formação, de Joaquim Nabuco, Bagaceira, de José Américo de Almeida, Essa Negra Fulô, de Jorge de Lima, Cana Caiana, de Ascenço Ferreira, Evocação do Recife, de Manoel Bandeira, Memórias de um Senhor de Engenho, de Júlio Belo, Senhora de Engenho, de Mario Sette, Poemas, de Augusto dos Anjos, Mauro Mota, Joaquim Cardoso e João Cabral de Melo. Na arte, pinturas de Telles Júnior, de Fedora, de Vicente do Rego Monteiro, de Cícero Dias de Lula Cardoso Aires, de Francisco Brennand.

Dêsse esforço de análise, de interpretação e de evocação dificilmente se pode separar o movimento Regionalista que também, aqui a seu modo, tradicionalista e modernista, vem, desde 1924, influenciando artistas, intelectuais e cientistas brasileiros de várias regiões, em vários sentidos, depois de ter principalmente estimulado vigorosa aproximação de artistas, intelectuais e cientistas nordestinos, de temas e de problemas derivados da civilização regional do açúcar.

Gilberto Freyre in Encyclopædia Britannica - Enciclopédia Barsa - Editores Ltda - Rio/São Paulo - 1964 - pag. 63/69.

CAPÍTULO /3

ACÚCAR: MÃO-DE-OBRA. TÉCNICA. CENTROS DE PRODUÇÃO. ETC.

"O processo de substituição do índio pelo negro se prolongará até o fim da era colonial. Far-se-á rapidamente em algumas regiões: Pernambuco, Bahia. Noutras será muito lento, e mesmo imperceptível em certas zonas mais pobres, como no Extremo Norte (Amazônia), e até o século XIX em São Paulo. Contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África, mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançava seu destino. Calcula-se que em média apenas 50% chegavam com vida ao Brasil, e destes, muitos estropeados e inutilizados. O valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo.

Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a grande unidade produtora, que reúne num mesmo e conjunto trabalho produtivo um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constituiu-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se assim à pequena exploração parcelária realizada diretamente por proprietários ou arrendatários.

O seu elemento central é o engenho, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar. O nome de "engenho" estendeu-se depois da fábrica para o conjunto da propriedade, com as suas terras e culturas: "engenho" e "propriedade canavieira" se tornaram sinônimos. Embora o proprietário explore em regra diretamente suas terras (...), há casos frequentes em que cede partes delas à lavradores que se ocupam com a cultura e produzem a cana por conta própria, obrigando-se, contudo a moer sua produção no engenho do proprietário. São as chamadas fazendas obrigadas; o lavrador recebe metade do açúcar extraído da sua cana, e ainda paga pelo aluguel das terras que utiliza uma certa porcentagem, variável segundo o tempo e os lugares, e que vai de 5 a 20%. Há também os lavradores livres, proprietários das terras que ocupam, e que fazem moer a sua cana no engenho que entendem; recebem então a meação integral. Os lavradores, embora estejam socialmente abaixo dos senhores de engenho, não são pequenos produtores, da categoria de camponeses. Trata-se de senhores de escravos, e suas lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, formam como os engenhos grandes unidades.

A razão por que nem todas as propriedades dispõem de engenho pro

prio são as proporções e o custo das instalações necessárias. O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida), caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar onde se completa esta purificação. Além de outras: o que tôdas as propriedades possuem é em regra a Casa-grande, a habitação do senhor; a senzala dos escravos; e instalações necessárias ou suntuárias: oficinas, estrebarias, etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens para animais de trabalho, culturas alimentares, para o pessoal numeroso; matas para fornecimento de lenha e madeira de construção. A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida tôda de uma pequena parcela da humanidade.

O número de trabalhadores é naturalmente variável. Nos bons engenhos os escravos são de 80 a 100. Chegam às vezes a muito mais; há notícias embora isto já se refira ao século XVIII, de engenhos com mais de 1.000 escravos. Os trabalhadores livres são raros, apenas nas funções de direção e nas especializadas: feitores, mestres purgadores, caixeiros (são os que fazem as caixas em que o açúcar é acondicionado), etc. São aliás, mais frequentemente, antigos escravos libertos.

Além do açúcar, extrae-se também da cana a aguardente. É um subproduto de grande consumo na colônia, e que se exportava para as costas da África onde servia no escambo e aquisição de escravos. A par da destilarias de aguardente anexas aos engenhos, há os estabelecimentos próprios e exclusivos para este fim; são as engenhocas ou molinetes, em regra de proporções mais modestas que os engenhos, pois as instalações para o preparo da aguardente são muito mais simples e menos dispendiosas. A aguardente é uma produção mais democrática que o aristocrático açúcar. Há no entanto destilarias com dezenas de escravos.

Durante mais de século e meio, a produção do açúcar, com as características assinaladas, representará, praticamente a única base em que assenta a economia brasileira. Aliás, sua importância mesmo internacional é considerável. Até meados do séc. XVII, o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar, e é somente então que começarão a aparecer concorrentes sérios: as colônias da América Central e Antilhas. Contando com tal fator, a colonização brasileira, superados problemas e as dificuldades do primeiro momento, desenvolveu-se rápida e brilhantemente, estendendo-se cada vez mais para novos setores. E cada extensão corresponde efetivamente a um alargamento da área canavieira. Os dois grandes núcleos iniciais estão, como já foi referido, na Bahia e em Pernambuco. Num segundo plano está São Vicente. Do primeiro, a colonização se alargou para o Sul e Norte, acompanhando sempre a fímbria costeira; para o interior esbarraria com a zona semi-árida do sertão nordestino. Na direção setentrional interrompe-se a expansão no Rio Grande do Norte; além desaparecem os solos férteis, que são substituídos por extensões arenosas impróprias

para qualquer forma de agricultura. Somente pequenos núcleos de importância mínima vão surgir esparsos na costa setentrional do Brasil: no Maranhão, na foz do rio Amazonas.

Na Bahia o movimento mais ou menos estacionou em torno da baía de Todos os Santos; mas tomará tamanho vulto que não será superado por nenhum outro setor da colônia. Localiza-se aí o maior centro produtor. Na costa meridional da Bahia (Porto Seguro, Ilheus) formam-se pequenos centros açucareiros; mas a hostilidade permanente dos índios, bem como outras condições menos favoráveis, como a qualidade do solo, impediram qualquer progresso apreciável. No Espírito Santo dá-se mais ou menos a mesma coisa. Para o sul finalmente, a produção de açúcar se concentrará na vizinhança do Rio de Janeiro e em São Vicente. Também estes centros, devido sobretudo à sua posição ex cêntrica e afastamento dos mercados europeus onde se consumia o açúcar brasileiro, não gozarão nesta primeira fase da história brasileira de grande prosperidade. Até o Sec. XVIII permanecerão num apagado segundo plano.

Além do açúcar, embora em escala relativamente pequena, começará a cultivar-se também, desde princípios do séc. XVII, o tabaco. Trata-se, como se sabe, de uma planta indígena da América, e cujo produto teve logo crescente aceitação na Europa. Mas não é só com este objetivo que se cultivou no Brasil, e sim também para ser utilizado no tráfico de escravos; o tabaco servirá para adquirí-los pelo escambo na costa da África, e será em grande parte em função deste negócio que se desenvolverá a cultura brasileira. Quando em princípios do século XIX começam a se estabelecer restrições ao tráfico, a produção entrará paralelamente em crise. Mas até esta época será próspera, e embora de segundo plano e muito inferior à do açúcar merece algum destaque.

O centro principal da produção é na Bahia, e como a do açúcar desta região, no contorno do Recôncavo, particularmente na vila de Cachoeira. Outras zonas produtoras serão em Sergipe e Alagoas."

(Caio Prado Jr. in História Econômica do
Brasil - Ed Brasiliense - S. Paulo -
1959 - 5ª Edição pags. 37/40)

CAPÍTULO 4

ACÚCAR: DESCRIÇÃO DE UM HISTORIADOR DA ÉPOCA

"A cana (planta comum a toda a América portuguesa) se cultivava em sítios próprios para a sua produção, que se chamam massapés, uns terra firme, outros em ilhas. Estendida se mete na terra, e dela vão brotando olhos, que crescendo entre as suas folhas, parecem à vista searas de trigo. Quando estão sazoadas, e pelo conhecimento dos lavradores perfeitas, de dezoito meses nos continentes, e de um ano nas ilhas, se cortam e levam para os engenhos, onde espremidas em instrumentos que chamam moendas, umas que movem correntes de águas, outras giros de cavalos, se derretem em docíssimo suco, que caindo líquido, vai corrente por aquedutos de pau a uma grande tacha, chamada parol, e metida na terra, donde em taças pequenas de cobre, presas por cadeias de ferro, o sobem para botar nas caldeiras em que se coze; em fervendo, lhe lançam uma água de certa qualidade de cinza, nomeiam decoada, e posto no ponto necessário, o passam a vasilhas de barro piramidais, que chamam formas, e cobertas de barro as suas circulares bocas, depois de quarenta dias que nelas se está purificando o açúcar, se põe um dia ao sol, e se mete em caixas."

(in "História da América Portuguesa",
de Rocha Pitta, W. M. Jackson Inc.
Editores - S. Paulo, 1950 - pags.15/16)

CAPÍTULO 5

PROBLEMAS

A) 1 - Por que se afirma que o ciclo do pau-brasil limita um passado, quando, na linguagem de Camões, se dizia: "A Terra de Santa Cruz, pouco sabida". ("Os Luziadas", X, 140)?

2 - Situe os direitos e deveres de Fernão de Loronha, definidos no contrato de arrendamento da terra.

3 - O que é uma feitoria?

4 - Qual a mão-de-obra do primeiro ciclo econômico brasileiro e como ela se exercia?

5 - Quais os comércios ancilares do ciclo econômico do pau-brasil?

6 - Causas da decadência e extinção da economia do pau-brasil.

B) 1 - Qual a área geográfica das terras-de-cana-de-açúcar ?

2 - Fundamente e interprete a afirmação "a aguardente é uma produção mais democrática do que o aristocrático açúcar".

3 - Qual a mão-de-obra do segundo ciclo econômico brasileiro e como ela se exercia ?

4 - Como ocorreu que "o Brasil, recém-descoberto, surgisse quase de repente, no comércio internacional (do açúcar) como produtor, "em condições excepcionais ?

5 - Quais as contribuições holandesas acumuladas a sociedade que os portugueses procuravam construir em terras-de-cana-de-açúcar ?

6 - Fundamente e interprete a afirmação: a civilização do açúcar "FOI UMA CIVILIZAÇÃO QUE COMUNICOU A OUTRAS CIVILIZAÇÕES VÁRIOS DE SEUS VALORES".

7 - Como se procedeu à "CONCILIAÇÃO, APARENTEMENTE ABSURDA E ATÉ LÓGICAMENTE IMPOSSÍVEL" de elementos feudais e organização capitalista na economia do açúcar?

8 - Estude a decadência da economia do açúcar e esta afirmação: "COM ESSA decadência vêm-se agravando, na mesma região (Nordeste), os maus efeitos da monocultura latifundiária. A substituição dos engenhos patriarcais pelas usinas industriais e comerciais só tem feito intensificar tais efeitos".
